

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1 – INFORMAÇÕES BÁSICAS	
Secretaria/Setor requisitante:	<b>Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva</b>
Responsável(is) pela elaboração:	<b>Nome:</b> Larissa Martins Basile <b>Cargo / nº de matrícula:</b> Secretária Municipal de Saúde e Medicina Preventiva / 3767  <b>Nome:</b> Debora Simoes Coelho Protasio <b>Cargo / nº de matrícula:</b> Chefe de Divisão / 3038
Especificação do objeto:	Registro de preços visando futura contratação de empresa para prestação de serviços de transporte intermunicipal de pacientes, em diversos tipos de veículo, e que serão utilizados conforme a necessidade de cada viagem a ser realizada (quantidade de passageiros), pelo período de 12 (doze) meses
Natureza do objeto:	<b>SERVIÇO</b>

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a **Administração Pública**.

### 2 – ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

2.1. Informo que o Plano de Contratações Anual (PCA) ainda não foi efetivamente adotado pelo Município para este ano com todas as especificidades que o compõe, de forma que a Administração está levantando esforços para sua implantação.

### 3 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

3.1. A Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva identifica a necessidade de contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transporte coletivo e intermunicipal de pacientes do SUS, com disponibilização de veículos em diferentes configurações de capacidade, a serem acionados conforme a quantidade de passageiros em cada deslocamento. A medida visa suprir a deficiência da frota municipal, cuja estrutura atual é insuficiente para atender à totalidade das demandas assistenciais existentes, especialmente aquelas que exigem transporte até centros de referência localizados em outros municípios.

3.2. A frota própria da Prefeitura é composta, em sua maioria, por veículos de pequeno porte com capacidade limitada a quatro passageiros, além do condutor. Esses veículos são prioritariamente utilizados para atendimento a pacientes com comorbidades graves, cuja condição clínica exige transporte individualizado, muitas vezes com

acompanhamento específico. Em contrapartida, a quantidade de pacientes que precisam se deslocar em grupos para consultas, exames, tratamentos e outros procedimentos agendados pelo SUS tem crescido de forma contínua, gerando uma demanda reprimida que compromete a regularidade e a eficiência do serviço de saúde municipal.

3.3. A ausência de transporte coletivo adequado pode acarretar prejuízos diretos ao acesso dos usuários ao tratamento, incluindo perda de agendamentos, agravamento de quadros clínicos e sobrecarga de outras estruturas públicas. Além disso, o deslocamento para outras cidades é parte estruturante da política de regionalização do SUS, sendo dever do ente municipal garantir os meios necessários para a efetivação desse direito constitucional à saúde.

3.4. Dessa forma, a contratação pleiteada permitirá à Secretaria adotar uma solução flexível, sob demanda, com acionamento conforme itinerário, número de pacientes e horários predefinidos. A adoção do Sistema de Registro de Preços garante economicidade e previsibilidade, possibilitando a contratação apenas dos serviços efetivamente utilizados, ao passo que confere segurança jurídica e respaldo técnico à continuidade das ações de transporte sanitário planejadas no âmbito municipal.

#### 4 – DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. O objeto **não se enquadra como sendo bem de luxo**, conforme Decreto Municipal nº 601/2021.

4.1.1. Ainda, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, os bens/serviços **têm natureza comum**.

4.1.2. As particularidades de cada item estarão contidas nas respectivas especificações dos serviços no Termo de Referência.

4.2. **O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021.**

4.2.1. **O objeto visa atender as necessidades eventuais do Setor requisitante, através de aquisições ou contratações parceladas ao longo de sua vigência, sendo que as quantidades constantes no item 7 do ETP são apenas estimativas.**

4.3. A escolha da licitação pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) ampara-se no art. 3º do Decreto Municipal nº 842/2024, que dispõe:

**Art. 3º.** O SRP poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

- I- quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;
- II- quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;
- III- quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;
- IV- quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

4.3.1. Portanto, é plenamente justificável a adoção deste modelo para a contratação dos serviços de transporte coletivo e intermunicipal de pacientes. A natureza do objeto caracteriza-se pela necessidade de contratações

frequentes, porém variáveis, conforme a dinâmica das demandas assistenciais e dos agendamentos realizados pela rede pública de saúde, enquadrando-se na hipótese do inciso I.

4.3.2. Além disso, a prestação será realizada sob demanda, com pagamentos condicionados à efetiva execução dos serviços, em unidades de medida vinculadas ao tipo e à distância das viagens, o que se coaduna com a hipótese prevista no inciso II, relativa à contratação de serviços remunerados por unidade de medida.

4.3.3. Somado a isso, o quantitativo exato de viagens a serem realizadas ao longo do período contratual não pode ser definido previamente com precisão, dada a imprevisibilidade das marcações externas e das necessidades clínicas dos pacientes, o que atrai também a aplicação do inciso IV, que admite o uso do SRP quando não for possível estimar com exatidão a demanda.

4.3.4. Dessa forma, o SRP se mostra a forma mais adequada e vantajosa para a Administração, pois assegura maior flexibilidade operacional, economicidade na execução orçamentária e aderência ao princípio da eficiência, permitindo a contratação somente na medida da real necessidade do serviço.

4.3.5. Importa consignar que a aplicação do SRP para serviços contínuos, quando caracterizada a imprevisibilidade e variabilidade da demanda, já foi objeto de flexibilização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), conforme entendimento firmado no **Processo TC-024159.989.24-3**, que revisitou a interpretação restritiva da **Súmula nº 31**. Naquele precedente, o TCEP reconheceu que a adoção do SRP é juridicamente possível para serviços que, embora executados de forma recorrente, apresentem oscilação na periodicidade e impossibilidade de previsão exata do quantitativo a ser contratado, desde que motivada a escolha no planejamento da contratação.

4.3.6. Nesse contexto, os serviços de transporte intermunicipal de pacientes enquadram-se exatamente nos pressupostos que autorizam tal flexibilização, pois a demandas é fortemente influenciada por fatores externos e imprevisíveis, como agendamentos médicos, urgências clínicas e remanejamentos de pacientes, variando de forma significativa ao longo do período contratual. Assim, a adoção do SRP neste processo não apenas observa os requisitos legais e regulamentares, como também está em consonância com a jurisprudência atualizada do TCEP.

#### **4.4. Para o problema indicado ser solucionado, entende-se necessário que a contratação apresente os seguintes requisitos:**

- a) A empresa deverá comprovar a sua regularidade e o devido registro junto à **ARTESP** (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo), conforme a legislação estadual, para a prestação do serviço de transporte intermunicipal de passageiros;
- b) Por haver linhas com destino a São Paulo (linhas nº 10, 11 e 12), pertencente à **Zona de Máxima Restrição de Fretamento – ZMRF do Município de São Paulo**<sup>1</sup>, faz-se necessária a comprovação de que a empresa possui a respectiva **Autorização Especial de Trânsito (AET)**;
- c) Ainda referente às linhas nº 10, 11 e 12, faz-se necessária a apresentação do registro da licitante na Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S/A (EMTU/SP);
- d) Todos os veículos e motoristas deverão atender rigorosamente às resoluções do CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito), bem como às demais normas estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB);
- e) Os veículos a serem utilizados deverão estar em perfeito estado de conservação, com a manutenção preventiva em dia;

<sup>1</sup> Mapa da Zona de Máxima Restrição de Fretamento:

<https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1yu7xtaE67exPcbYBXzMsUi1L28&femb=1&ll=-23.590686317082103%2C-46.647941014526594&z=13>

**f)** Todos os veículos deverão ser equipados com os itens de segurança obrigatórios previstos no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), como cinto de segurança para todos os ocupantes, extintor de incêndio, triângulo de sinalização, estepe e demais equipamentos;

**g)** Os motoristas deverão possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) na categoria adequada para o tipo de veículo que irão conduzir, com validade e pontuação regularizadas, bem como ser apresentadas suas respectivas certidões negativas de distribuição de ações criminais; e

**h)** A empresa deverá se comprometer a seguir as boas práticas de higiene e limpeza dos veículos, garantindo um ambiente seguro e sanitizado.

4.4.1. A exigência de comprovação de regularidade e devido registro junto à Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP decorre da necessidade de assegurar que a empresa contratada atue de forma legalizada e sob a fiscalização do órgão regulador competente. Tal requisito visa garantir que o transporte intermunicipal de passageiros seja realizado por operador devidamente autorizado, em conformidade com a legislação estadual e as normas técnicas aplicáveis, prevenindo riscos jurídicos e operacionais à Administração.

4.4.2. A vinculação à ARTESP também possibilita a verificação prévia da capacidade operacional da empresa, uma vez que o processo de registro exige a comprovação de requisitos técnicos, estruturais e de segurança. Dessa forma, assegura-se que o prestador tenha condições efetivas de atender à demanda contratada, resguardando a regularidade da execução e a proteção dos usuários do serviço.

4.4.3. A observância estrita às Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN e demais normas previstas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB é condição indispensável para a prestação segura e regular do serviço. Trata-se de exigência que incorpora à contratação os padrões técnicos e operacionais legalmente estabelecidos para o transporte de passageiros, reduzindo a probabilidade de infrações e garantindo conformidade com a legislação federal aplicável.

4.4.4. A imposição de que veículos e motoristas atendam rigorosamente às normas de trânsito não apenas cumpre um mandamento legal, mas também promove a segurança viária, a integridade física dos passageiros e a preservação do patrimônio público e privado. O descumprimento de tais normas poderia acarretar responsabilização direta da Administração, o que reforça a necessidade de incluir este requisito no procedimento licitatório.

4.4.5. A exigência de que os veículos estejam em perfeito estado de conservação e com a manutenção preventiva em dia visa assegurar a continuidade do serviço com níveis adequados de segurança e confiabilidade. Veículos sem manutenção adequada apresentam maior risco de falhas mecânicas, atrasos, acidentes e paralisações, o que comprometeria diretamente a eficiência do atendimento às demandas assistenciais de transporte de pacientes.

4.4.6. A manutenção preventiva regular é também um fator de redução de custos indiretos para a Administração, pois evita substituições emergenciais de veículos, minimiza o tempo de indisponibilidade da frota e reduz a probabilidade de litígios decorrentes de incidentes operacionais. Este requisito, portanto, guarda relação direta com os princípios da eficiência e economicidade.

4.4.7. A obrigatoriedade de que todos os veículos estejam equipados com os itens de segurança obrigatórios previstos no CTB – como cinto de segurança para todos os ocupantes, extintor de incêndio, triângulo de sinalização, estepe e demais equipamentos – assegura que, em caso de emergência ou sinistro, haja condições mínimas para mitigação de riscos e preservação da integridade física dos passageiros.

4.4.8. Esses itens obrigatórios também se mostram relevantes na perspectiva do controle externo e da auditoria, pois compõem requisitos objetivos de verificação durante a fiscalização da execução contratual. Sua exigência prévia no edital e no contrato reduz a margem para subjetividade na análise de conformidade do serviço.

4.4.9. A determinação de que os motoristas possuam Carteira Nacional de Habilitação (CNH) na categoria

adequada para o tipo de veículo, com validade e pontuação regulares, é requisito essencial para a legalidade e segurança do transporte. Tal exigência previne a contratação de condutores inaptos ou em situação irregular, o que poderia gerar penalidades e riscos à segurança dos pacientes transportados.

4.4.10. A apresentação de certidões negativas de distribuição de ações criminais dos motoristas agrega uma camada adicional de proteção, considerando que o público transportado é composto por pacientes, muitas vezes em condição de vulnerabilidade física ou emocional. Trata-se de medida que visa à proteção dos usuários e ao resguardo da Administração contra potenciais responsabilidades.

4.4.11. A exigência de compromisso formal da contratada em seguir boas práticas de higiene e limpeza dos veículos é plenamente justificada diante da natureza do público-alvo, que pode incluir pacientes imunossuprimidos ou com condições médicas sensíveis. A adoção de padrões sanitários elevados é indispensável para minimizar riscos de contaminação e transmissão de doenças durante o transporte.

4.4.12. Essa obrigação sanitária está alinhada com as diretrizes de saúde pública e com o dever da Administração de zelar pela integridade física e bem-estar dos cidadãos atendidos. Ao estabelecer tal requisito, o edital garante que a prestação do serviço atenda não apenas aos aspectos logísticos e operacionais, mas também às exigências de saúde e segurança previstas nas políticas públicas e normas técnicas aplicáveis.

4.4.13. A exigência de apresentação da **Autorização Especial de Trânsito (AET)** para as linhas que tenham destino à capital paulista encontra respaldo na legislação municipal de São Paulo, que disciplina a circulação de veículos fretados na Zona de Máxima Restrição de Fretamento (ZMRF), conforme a **Portaria nº 072/2016 - SMT.GAB<sup>2</sup>** e **Lei nº 16.311, de 12 de novembro de 2015<sup>3</sup>**. Trata-se de requisito objetivo, de observância obrigatória por todas as empresas que operam nesse perímetro urbano, sem o qual os veículos ficam sujeitos a sanções administrativas como multas, retenções e autuações. Assim, a imposição dessa documentação não configura formalidade excessiva, mas sim condição indispensável para assegurar a execução contratual sem riscos de interrupções ou penalidades que prejudiquem o transporte dos pacientes.

4.4.14. No que se refere ao registro na **Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo (EMTU/SP)**, a jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (a exemplo dos Processos TC-444.989.13-1 / TC-448.989.13-7 / 000518.989.25 / TC-000575.989.25) reconhece que a exigência é juridicamente válida quando o transporte extrapola os limites do município contratante e adentra área de competência metropolitana. A EMTU/SP, como entidade vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos, detém atribuição normativa e fiscalizatória sobre o transporte intermunicipal metropolitano, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 19.835/1982. Dessa forma, a exigência de registro visa garantir que apenas operadores formalmente autorizados realizem o transporte em rotas que alcançam a capital, prevenindo riscos de nulidade contratual e assegurando aderência às regras de gestão do transporte coletivo metropolitano, em consonância com a jurisprudência consolidada do TCESP.

#### 4.4.2. Da sustentabilidade e/ou acessibilidade

a) Os veículos deverão atender, no que couber, à Resolução CONTRAN nº 961, de 17/05/2022, e suas alterações, referente às características de acessibilidade;

b) Atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores, conforme legislação vigente.

#### 4.5. Subcontratação

<sup>2</sup> Portaria nº 072/2016 - SMT.GAB (São Paulo): [https://www.cetsp.com.br/media/489092/port-72\\_16-smtg-transito.pdf](https://www.cetsp.com.br/media/489092/port-72_16-smtg-transito.pdf)

<sup>3</sup> Lei Municipal nº 16.311, de 12 de novembro de 2015 (São Paulo): <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16311-de-12-de-novembro-de-2015>



4.5.1. Para a contratação em questão, nos termos do artigo 122, § 2º da Lei Federal nº 14.133/2021, fica vedada a subcontratação total ou parcial do contrato.

#### **4.6. Garantia da contratação**

4.6.1. **Não haverá exigência da garantia da contratação prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021, por se tratar de aquisição de bens de maneira pontual em que somente serão pagos o(s) fornecedor(es) que entregar(em) conforme o solicitado.**

#### **4.7. Garantia dos produtos/serviços**

4.7.1. O prazo de garantia dos produtos e/ou serviços é aquele previsto na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

#### **4.8. Vistoria técnica**

4.8.1. Dada as peculiaridades do objeto, não há qualquer necessidade de avaliação prévia ao local onde os serviços serão executados.

#### **4.9. Qualificação técnica**

4.9.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

4.9.2. Para tanto, os atestados deverão dizer respeito a execução de 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo exigido no respectivo item.

4.9.3. O percentual exigido serve como um filtro técnico objetivo, assegurando que o licitante possua um histórico de execução de serviços de complexidade e volume similares, o que demonstra sua capacidade de gerenciar uma frota adequada, lidar com a demanda de viagens e cumprir com os padrões de segurança e qualidade exigidos. Dessa forma, a exigência visa mitigar os riscos de inexecução contratual, salvaguardando o interesse público e o bem-estar dos pacientes.

#### **4.10. Condições mínimas para execução dos serviços**

4.10.1. A licitante vencedora deverá executar os serviços em conformidade com os roteiros e programações de viagens fornecidos pela Secretaria/Setor requisitante, observando rigorosamente os horários, locais de embarque e desembarque, bem como as condições específicas definidas em cada solicitação. **No caso de urgência, a empresa deverá providenciar o atendimento de forma imediata, conforme a necessidade operacional da Secretaria/Setor requisitante.**

4.10.1.1. Eventuais ajustes de horário ou de itinerário somente poderão ocorrer de forma excepcional e mediante prévia justificativa da empresa, a ser apresentada por escrito e formalmente autorizada pelo gestor do contrato, desde que não comprometam o atendimento assistencial e a regularidade do transporte dos pacientes.

4.10.2. A empresa vencedora deverá arcar integralmente com todos os ônus decorrentes da execução contratual, incluindo, mas não se limitando a: encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, securitários, tributários e quaisquer outros custos incidentes sobre seu pessoal, veículos e sobre a operação do serviço.

4.10.3. Será de responsabilidade exclusiva da licitante vencedora todas as despesas relacionadas à alimentação, hospedagem, transporte, diárias, pedágios, estacionamento e demais custos inerentes aos motoristas e equipe operacional, quando necessários para o cumprimento das viagens. Essas despesas não gerarão ônus adicional à Administração.

4.10.4. A licitante vencedora será responsável pela segurança física e integridade material de seu pessoal, dos veículos, dos pacientes e de seus acompanhantes durante todo o período da prestação do serviço. Deverá adotar todos os protocolos preventivos de segurança viária e ocupacional, bem como manter os seguros e documentações exigidos pelas autoridades competentes.

4.10.5. A licitante vencedora deverá adotar e comprovar todas as medidas de segurança e proteção para a completa execução do serviço, incluindo a higienização e sanitização periódica dos veículos, garantindo condições adequadas de transporte aos pacientes e acompanhantes, conforme os protocolos de saúde e normas sanitárias vigentes.

4.10.6. Todos os veículos deverão possuir seguro total, abrangendo cobertura contra danos materiais, corporais e morais a terceiros, além de responsabilidade civil. A empresa deverá apresentar as apólices de seguro, se solicitadas. É obrigatória a observância às normas de segurança estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e resoluções do CONTRAN.

4.10.7. A licitante vencedora deverá manter a frota em perfeito estado de funcionamento e conservação, com as revisões preventivas e corretivas realizadas nos prazos recomendados pelo fabricante. Será obrigatória a apresentação dos comprovantes das inspeções e manutenções executadas, sempre que solicitado.

4.10.8. Para cada viagem solicitada, a licitante vencedora deverá garantir que o veículo esteja abastecido, com todos os itens de segurança obrigatórios, devidamente limpo, higienizado e preparado para a rota designada, assegurando a pontualidade e a regularidade no cumprimento do itinerário.

4.10.9. A licitante vencedora deverá apresentar, no momento da assinatura do instrumento contratual, a documentação que comprove a regularidade da empresa e dos veículos junto à ARTESP, bem como a conformidade com as demais agências reguladoras pertinentes ao serviço de transporte intermunicipal.

#### **4.11. Da participação de consórcios**

4.11.1. A Lei nº 14.133/2021 tem como regra a permissão à participação de consórcios, inclusive quando o instrumento for omissivo sobre o tema. A Administração Pública, quando não permitir a participação de licitantes em consórcios, deve motivar essa decisão, justificando as razões para tanto.

4.11.2. O ato convocatório poderá admitir ou não a participação de consórcio, sendo essa escolha um ato discricionário da Administração Pública, o que evidentemente não significa autorização para decisões arbitrárias ou imotivadas. Por este motivo, a Autoridade Licitante, dentro do poder discricionário de melhor conveniência e oportunidade decidirá pela vedação ou não à participação de empresas em regime de consórcio.

4.11.3. A admissão de participação de consórcio faz-se necessária quando em razão das circunstâncias do mercado e/ou a complexidade do objeto tornam problemática a competição, ou seja, quando parcela significativa de empresas, isoladamente, não dispuser de condições para participar da licitação. Dessa forma, a participação de empresas reunidas em consórcio ampliará o universo de licitantes, pois possibilitará a junção de duas ou mais empresas para realização de determinado objeto. (Marçal Justen Filho, Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas, 2021).

4.11.4. A jurisprudência do TCU traz entendimento que a formação de consórcio tanto pode fomentar a concorrência, como cerceá-la. Ou seja, a vedação ou a admissão de consórcio em licitação deve ter em vista possibilitar maior concorrência, que conforme o caso concreto pode ocorrer em uma ou outra situação [...]. (Acórdão TCU 2.813/2004 e 1.782/2009).

4.11.5. Com relação a presente contratação, a vedação à participação de interessadas, que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio, se justifica na medida em que nas contratações de bens e serviços comuns, tendo em vista a proporção da demanda do Município, é perfeitamente pertinente e compatível com empresas que atuam em todo território nacional, empresas essas que possuem condições suficientes para a execução de objetos dessa natureza, o que não tornará restrito o certame a um pequeno número de empresas.

4.11.6. Assim sendo, avaliando a realidade do mercado para este objeto, **não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.**

#### **4.12. Da vedação de participação de pessoa física**

4.12.1. A prestação de serviços de transporte intermunicipal de pacientes encontra-se sujeita a normas específicas expedidas pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) e pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), que estabelecem requisitos técnicos e operacionais relacionados à regularização da atividade e à conformidade dos veículos utilizados. Tais exigências são legalmente incompatíveis com a atuação de pessoa física.

4.12.2. Diante da natureza regulatória do objeto, que pressupõe habilitação institucional junto a órgãos competentes e atendimento contínuo às regras que disciplinam o transporte intermunicipal de passageiros, conclui-se pela inviabilidade da participação de pessoas físicas no certame. Assim, admite-se apenas a participação de pessoas jurídicas devidamente constituídas, de forma a assegurar a legalidade, a regularidade e a adequada execução contratual.

#### **4.13. Da não adoção da Intenção do Registro de Preços (IRP)**

4.13.1. A não adoção da Intenção de Registro de Preços (IRP) no presente processo licitatório, que tem por objeto a contratação de serviços de transporte intermunicipal de pacientes, justifica-se pela **delimitação da demanda exclusivamente à esfera do órgão gerenciador**. A natureza e as especificidades da demanda de transporte são singulares ao Município, em função de rotas predeterminadas para centros médicos de referência e da particularidade da população a ser atendida.

4.13.2. Conforme regulamentado, a IRP tem por finalidade ampliar a participação de órgãos e entidades na formação de uma ata de registro de preços compartilhada. Contudo, no presente caso, a contratação visa atender uma necessidade específica e intransferível da Secretaria Municipal de Saúde, inexistindo a expectativa de adesão por outros entes.

4.13.3. A instauração da IRP, portanto, implicaria prazos adicionais para manifestações de interesse, sem efetivo ganho à Administração, dada a ausência de demanda por parte de outros órgãos para este serviço tão peculiar. Sendo assim, sua adoção resultaria em atraso desnecessário na tramitação do processo, o que contraria os princípios da **celeridade, eficiência e razoabilidade** previstos na Lei nº 14.133/2021.

### **5 – LEVANTAMENTO DO MERCADO**

5.1. Analisando o mercado, entendem-se viáveis as seguintes alternativas, abaixo indicadas com os seus prós e contras:

#### **5.1.1. Solução 01: Aquisição e manutenção de frota própria (autogestão)**

Esta solução consiste na aquisição de veículos pela Prefeitura, que também arcaria com a manutenção, contratação de motoristas e a gestão integral da frota.



- **Prós:** A Administração teria controle total sobre os veículos e a operação, sem a dependência de terceiros. A gestão da qualidade e a disponibilidade dos veículos seriam de responsabilidade exclusiva do Município.
- **Contras:** O principal impedimento são os elevados custos e a complexidade. Esta solução exigiria um alto investimento inicial na compra de veículos e um aumento significativo nos custos operacionais com combustível, manutenção, seguros, documentação, além dos encargos trabalhistas e previdenciários dos motoristas. A gestão de uma frota diversa (vans, micro-ônibus e ônibus) e a necessidade de veículos de reserva para manutenção e emergências gerariam uma sobrecarga administrativa.

#### **5.1.2. Solução 02: Contratação de empresa especializada**

Esta solução consiste na contratação de uma empresa especializada para prestar o serviço de transporte intermunicipal por meio de registro de preços. A empresa seria responsável por disponibilizar os veículos e motoristas, além de gerenciar a operação integralmente, de acordo com as solicitações da Administração.

- **Prós:** Esta alternativa oferece a melhor relação de custo-benefício e de eficiência. Elimina a necessidade de investimento inicial na aquisição de frota. A empresa contratada arca com todos os custos operacionais (manutenção, seguro, impostos, combustível, salários), reduzindo a carga administrativa da Prefeitura. Garante a flexibilidade necessária para o uso de diferentes tipos de veículos conforme a demanda, além de assegurar a disponibilidade de veículos e motoristas reservas.
- **Contras:** A Administração dependerá de um terceiro para a execução do serviço, o que exige um rigoroso controle e fiscalização. É fundamental estabelecer indicadores de desempenho (KPIs) claros e mecanismos de penalização para garantir a qualidade do serviço.

#### **5.1.3. Solução 03: Convênios ou parcerias com outros entes públicos**

Esta solução implicaria a busca por convênios com o Governo do Estado ou com municípios vizinhos para o compartilhamento de recursos de transporte.

- **Prós:** Poderia representar uma solução de baixo custo direto para a Administração, caso o serviço seja disponibilizado sem contrapartida financeira.
- **Contras:** A principal desvantagem é a falta de controle e de garantia de disponibilidade. A dependência de terceiros para o atendimento das demandas críticas da saúde local torna esta solução inadequada como a principal fonte de serviço, especialmente em casos de urgência. A falta de flexibilidade e a imprevisibilidade de horários inviabilizam a sua adoção como solução exclusiva.

#### **5.1.4. Solução 04: Criação de casa de apoio em municípios-polo (hub de hospedagem e suporte)**

Consiste na aquisição, implantação ou locação e gestão de uma estrutura física (casa de apoio / acolhimento) em município de referência (ex.: Sorocaba, São Paulo, Jaú), destinada a hospedar pacientes e acompanhantes por períodos de tratamento ou consultas sequenciais. A casa de apoio proveria alojamento simples, alimentação básica, apoio logístico para deslocamentos locais (transporte urbano até unidades de saúde), orientação administrativa e, quando necessário, pessoal de apoio para auxiliar pacientes com mobilidade reduzida. Poderia ser gerida diretamente pelo Município, por entidade parceira (OSC), ou mediante contrato de prestação de serviços.

- **Prós:** A implantação de uma casa de apoio em município-polo oferece vantagens operacionais e assistenciais relevantes: reduz o número de deslocamentos repetidos de pacientes em tratamentos seriados (quimioterapia, hemodiálise, avaliações sequenciais), o que diminui custos recorrentes de transporte e exposição a riscos em viagens longas; melhora a adesão aos tratamentos e reduz faltas, impactando positivamente indicadores de saúde; promove equidade ao facilitar o acesso de pacientes de baixa renda às consultas e procedimentos especializados; permite concentração logística que pode otimizar o uso de veículos (menos viagens de retorno), racionalizar reservas e reduzir urgências de última hora; e possibilita a integração de serviços de apoio (acompanhamento social, orientação administrativa),

elevando a qualidade do cuidado oferecido.

- **Contras:** A opção implica elevação significativa de custos iniciais (aquisição ou adequação de imóvel, obras de acessibilidade) e de despesas correntes (manutenção, alimentação, limpeza, equipe de acolhimento e segurança), exigindo dotação orçamentária contínua e planejamento financeiro de médio prazo; demanda capacidade administrativa específica para gestão hoteleira e protocolos sanitários, bem como criação de critérios transparentes de priorização e governança para evitar filas e litígios; possui capacidade física limitada, o que impõe seleção e possíveis restrições de cobertura; e acarreta responsabilidades sanitárias e jurídicas adicionais (controle de infecções, atendimento a pacientes com necessidades especiais), exigindo investimentos em infraestrutura, treinamentos e seguros.

#### **5.1.5. Solução 05: Aquisição de vale-transporte intermunicipal / crédito transporte (bilhetes pré-pagos ou vouchers)**

Aquisição de bilhetes ou créditos de transporte (vale-transporte intermunicipal) junto a operadores regulares ou via convênios com empresas de transporte coletivo intermunicipal/metropolitano, a serem distribuídos a pacientes elegíveis para custeio parcial ou integral de suas viagens. Formas práticas: compra de pacotes de passagens, emissão de vouchers controlados eletronicamente, ou subsídio direto mediante convênio com operadores credenciados. Pode contemplar regras por perfil (nível de renda, frequência de tratamento, acompanhamento).

- **Prós:** A adoção de vales ou créditos de transporte apresenta implementação rápida e baixo investimento de capital, sendo facilmente escalável conforme demanda; reduz o ônus de aquisição e manutenção de frota pela Administração, permite negociações por volume junto a operadores regulares (possibilidade de descontos), e é operacionalmente simples de gerir por meio de sistemas eletrônicos de emissão e controle; funciona bem para casos pontuais ou pacientes com baixa exigência de acessibilidade, integrando-se com a malha regular de transporte e servindo como mecanismo ágil de resposta imediata ou complemento a soluções maiores.
- **Contras:** O mecanismo é tecnicamente limitado para pacientes que exigem veículos adaptados (cadeiras de rodas, macas) ou suporte clínico durante o deslocamento; depende da oferta, frequência e horários das linhas regulares, o que pode tornar incompatível deslocamentos agendados em horários clínicos específicos; tem eficácia reduzida em trajetos de elevada quilometragem, noturnos ou emergenciais; exige controles administrativos robustos para prevenir fraudes e uso indevido; e pode enfrentar entraves regulatórios ou de aceitação por parte de operadores metropolitanos, de modo que, operacionalmente, tende a ser complemento ao transporte fretado especializado, e não substituto universal para pacientes com necessidades clínicas ou logísticas particulares.

#### **5.2. Análise comparativa de contratações similares realizadas por outros entes públicos:**

Solução	Descrição	Prós	Contras
<b><u>Solução 01</u></b> <b>Frota própria (autogestão)</b>	Aquisição e manutenção de veículos pela Prefeitura para transporte de pacientes, com gestão e operação sob sua responsabilidade.	Controle total sobre a frota, a operação e a qualidade do serviço.	Elevado custo de investimento inicial (aquisição); alto custo operacional e de manutenção; sobrecarga administrativa e de pessoal; inflexibilidade para atender a diferentes tipos de demandas e veículos.

<b><u>Solução 02</u></b> <b>Contratação de empresa especializada</b>	Contratação de serviços de transporte por meio de Registro de Preços. A empresa é responsável por fornecer veículos, motoristas e toda a operação, conforme a necessidade.	Elimina o investimento inicial em frota; a contratada arca com todos os custos operacionais (manutenção, seguro, impostos); maior flexibilidade e agilidade para utilizar diferentes tipos de veículo; maior previsibilidade orçamentária.	Dependência de terceiros para a execução do serviço; necessidade de um rigoroso controle e fiscalização para garantir o padrão de qualidade exigido.
<b><u>Solução 03</u></b> <b>Convênios ou parcerias</b>	Estabelecimento de convênios com o Governo do Estado ou municípios vizinhos para compartilhamento de recursos de transporte.	Potencial de redução de custos diretos; não exige investimento em frota própria nem contratação via licitação.	Inflexibilidade e falta de controle sobre a disponibilidade dos veículos; a solução não garante o atendimento das necessidades primárias do Município; pode não ser confiável para urgências ou demandas específicas.
<b><u>Solução 04</u></b> <b>Criação de casa de apoio</b>	Implantação/locação e gestão de uma estrutura física em município-polo para hospedagem e apoio logístico a pacientes e acompanhantes durante tratamento ou sequência de consultas.	Reduz deslocamentos repetidos; melhora adesão a tratamentos; pode reduzir custos operacionais de transporte a médio/longo prazo; aumenta equidade no acesso.	Alto custo inicial e despesas correntes; exige gestão especializada; capacidade limitada exigindo critérios de priorização; responsabilidade sanitária e riscos administrativos.
<b><u>Solução 05</u></b> <b>Vale-transporte intermunicipal</b>	Aquisição de bilhetes/vales ou créditos de viagem junto a operadores para distribuição a pacientes elegíveis (vouchers/pacotes eletrônicos).	Implementação rápida e baixo CAPEX; escalável; reduz necessidade de frota; potencial para descontos por volume e facilidade operacional.	Inadequado para pacientes com necessidade de acessibilidade especial ou macas; dependência de oferta/horários das linhas regulares; risco de fraudes/uso indevido; não cobre deslocamentos emergenciais ou de alta quilometragem.

## 6 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. Em análise realizada no tópico 5 deste documento, denominado “Levantamento de Mercado”, concluímos que a contratação de empresa especializada por meio de Sistema de Registro de Preços é a melhor solução para a demanda identificada. A adoção desta solução visa à prestação de serviços de transporte intermunicipal de pacientes, **sob demanda**, utilizando diversos tipos de veículos, **a serem acionados conforme a necessidade** do órgão gerenciador. Esta abordagem mostrou-se a mais vantajosa do ponto de vista técnico e econômico, por alinhar a agilidade e a eficiência operacional com a gestão de recursos públicos.

6.2. A escolha pela contratação de empresa especializada é fundamentada na análise de custo-benefício. **Do ponto de vista econômico**, a solução elimina a necessidade de um alto investimento inicial na aquisição de veículos e na manutenção de uma frota própria. **O modelo de registro de preços converte custos variáveis e imprevisíveis em despesas controladas e previsíveis**, com pagamento baseado na efetiva utilização do serviço (por quilômetro rodado), **o que evita o desperdício de recursos públicos que ocorreria ao utilizar um veículo com maior capacidade para transportar um número reduzido de pacientes**, um cenário comum em contratos de transporte fixo.

6.3. A solução garante uma flexibilidade fundamental para o atendimento à demanda heterogênea do transporte

de pacientes. As Atas de Registros de Preços permitirão o acesso a uma frota diversificada, com veículos de portes distintos, o que garante o transporte adequado para a quantidade de passageiros e a especificidade de cada viagem. A empresa será obrigada a manter essa frota em perfeitas condições para atender às demandas de forma precisa, sem que o ônus da manutenção e da gestão desses diferentes veículos recaiam sobre a Prefeitura.

6.4. Do ponto de vista técnico e de gestão, a contratação transfere os riscos de ociosidade de frota para a empresa executora dos serviços. A Administração não terá custos com veículos parados ou com a manutenção de uma frota subutilizada, pagando apenas pelos serviços efetivamente prestados. Além disso, a empresa contratada será responsável por fornecer todos os insumos operacionais, incluindo combustível, motoristas habilitados, seguros obrigatórios e demais materiais, liberando a Prefeitura de encargos administrativos e financeiros complexos.

6.5. A empresa deverá garantir a manutenção preventiva e corretiva de toda a sua frota, assegurando que os veículos estejam sempre em perfeito estado de funcionamento. Em caso de falha mecânica ou imprevisto, a contratada será responsável por prover assistência técnica imediata e disponibilizar um veículo de substituição para garantir a continuidade da viagem, sem qualquer ônus ou interrupção para o paciente. Adicionalmente, a exigência de garantia de execução contratual será prevista, assegurando o fiel cumprimento das obrigações por parte da contratada e mitigando os riscos de descumprimento.

6.6. A pertinência da adoção do Sistema de Registro de Preços para este processo reside na sua capacidade de proporcionar a maior economicidade possível na execução contratual. Diferentemente de contratos com quantitativos fixos, o Registro de Preços estabelece uma tabela de preços unitários para cada tipo de veículo (van, micro-ônibus e ônibus), permitindo que a Secretaria requisitante faça a solicitação exata do veículo necessário para cada viagem, com base no número preciso de pacientes. Essa flexibilidade garante que a Administração pague somente pelo que é estritamente necessário para atender a cada demanda específica, evitando o envio de veículos superdimensionados e, consequentemente, o desperdício de recursos públicos.

6.7. O Registro de Preços, portanto, oferece um modelo de aquisição que se adapta perfeitamente à natureza variável e imprevisível das viagens de pacientes, onde a quantidade e o tipo de transporte variam de acordo com as necessidades diárias. Essa agilidade na contratação, aliada à precisão na escolha do veículo, representa um ganho substancial de eficiência e transparência para a gestão pública, garantindo que cada real gasto seja justificado e que o serviço seja prestado com a máxima segurança e qualidade para a população.

6.7.1. Ademais, o presente procedimento licitatório possui caráter **substitutivo** em relação aos contratos atualmente vigentes que tratam do mesmo objeto, cujos prazos de vigência já se encontram próximos do término, conforme se observa dos Contratos nº 062/2024 (emergencial), nº 050/2024 (emergencial) e nº 078/2022 (pregão). Considerando que tais instrumentos contemplam serviços de transporte intermunicipal de pacientes, a Administração deve adotar medidas antecipadas para evitar descontinuidade no atendimento, assegurando a manutenção da política pública de garantia de acesso da população aos serviços de saúde em outros municípios.

6.7.2. Ademais, a nova contratação foi estruturada de forma a **abranger diversos portes de veículos**, possibilitando à Secretaria/Setor requisitante selecionar a modalidade de transporte mais adequada a cada roteiro de viagem, de acordo com o número de pacientes, suas condições clínicas e a distância a ser percorrida. Essa segmentação visa conferir maior racionalidade operacional e otimização de custos, ao mesmo tempo em que assegura segurança, eficiência e regularidade na prestação do serviço, atendendo de forma integral e contínua às demandas assistenciais que se renovam com o encerramento dos contratos em vigor.

## **6.8. Da exigência de que os veículos tenham ano de fabricação não superior a 05 (cinco) anos**

6.8.1. Esta exigência fundamenta-se em rigorosos **parâmetros técnicos de gestão de risco**. A adoção de uma frota mais recente reduz drasticamente a probabilidade de falhas mecânicas e eventos não programados, garantindo a **integridade do serviço e a segurança** dos pacientes, que dependem de um transporte sem intercorrências. Veículos com menor tempo de uso incorporam tecnologias de segurança mais avançadas, o que se traduz em uma mitigação objetiva dos riscos operacionais e assistenciais. Adicionalmente, a frota mais nova contribui para a economicidade do contrato e a sustentabilidade ambiental, apresentando maior eficiência

energética e menor custo de manutenção, alinhando a contratação aos princípios de gestão pública eficiente.

6.8.2. Tal medida está em conformidade com o histórico de contratações para o mesmo objeto realizadas pela Administração Municipal, a exemplo do **Pregão Presencial nº 025/2022 – Processo nº 100/2022**, o que demonstra a pertinência e a eficácia da exigência como um critério para assegurar a prestação de um serviço com os padrões de qualidade e segurança esperados pela Secretaria.

6.8.3. Ainda, complementarmente, esta decisão está alinhada com matéria semelhante já analisada pelo TCE-SP (**Processo TC-00000809.989.25-4**):

Também não verifico um empecilho à participação a fixação da idade da frota estabelecida (não superior a cinco anos), seja por não revelar um parâmetro desarrazoado, seja ainda pelo reconhecimento do Poder Discricionário pelo qual se reveste a Administração [...].

## 6.9. Exigência de instalação de rastreadores nos veículos

6.9.1. A Detentora da Ata será responsável por equipar todos os veículos utilizados com sistemas de rastreamento veicular, os quais deverão ser operacionais desde o início da prestação dos serviços. O sistema deverá permitir o monitoramento em tempo real e a emissão de relatórios acessíveis pela Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva.

6.9.2. O sistema deverá ser mantido em pleno funcionamento durante toda a vigência da contratação, com possibilidade de aplicação de penalidades (advertências, multas ou rescisão contratual) em caso de falhas ou descumprimentos.

6.9.3. A Detentora da Ata deverá garantir à Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva o acesso integral ao sistema de rastreamento veicular, incluindo monitoramento em tempo real e emissão de relatórios, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da assinatura da ARP.

6.9.4. **Justificativa para exigência de rastreadores:** trata-se de uma medida para assegurar maior **controle, segurança e eficiência** na execução do serviço contratado. O monitoramento em tempo real dos veículos possibilita à Secretaria acompanhar o trajeto percorrido, os horários de embarque e desembarque, além de identificar qualquer desvio ou anomalia na operação, como atrasos ou alterações não autorizadas nas rotas estabelecidas, o que é crucial para um serviço de natureza assistencial.

Essa exigência também contribui significativamente para a **segurança e o bem-estar dos pacientes**, uma vez que permite que eventuais situações de risco, como acidentes ou interrupções no trajeto, sejam rapidamente identificadas e solucionadas, reduzindo possíveis impactos na saúde dos usuários. Além disso, o sistema de rastreamento oferece ferramentas importantes para o **gerenciamento do serviço contratado**, como a geração de relatórios detalhados que podem ser utilizados para fins de fiscalização e auditoria, garantindo que a empresa contratada esteja cumprindo integralmente as obrigações previstas.

O acesso direto da Secretaria ao sistema e aos dados emitidos é essencial para que a gestão pública tenha controle efetivo sobre o serviço, garantindo a **transparência e a confiança** da comunidade no transporte oferecido. Essa integração entre o sistema de rastreamento e a fiscalização também permite a identificação de oportunidades para otimizar as rotas e, conseqüentemente, reduzir os custos operacionais, beneficiando diretamente o município.

Portanto, a instalação de rastreadores nos veículos e o acesso contínuo da Secretaria ao sistema justificam-se como uma medida indispensável para a melhoria da qualidade do serviço, a proteção dos pacientes transportados e a eficiência na administração pública.

## 7 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. Entende-se necessária a contratação dos itens e quantitativos dispostos no **Anexo I** deste ETP.



7.2. A definição das quantidades previstas para cada item foi fundamentada na **média histórica de viagens realizadas em abril e maio** do exercício corrente, conforme levantamento constante no Setor de Transporte Municipal, ajustada por projeções anuais considerando a constância das demandas assistenciais e a possibilidade de variações sazonais.

7.3. As quantidades estimadas foram calculadas de forma a abranger os principais **polos de referência hospitalar e ambulatorial** utilizados pelos pacientes do município, tais como Sorocaba, Salto, Itu, São Paulo, Jaú, Botucatu, Itapetininga e Itapeva. A demanda para cada destino apresenta variações em função da agenda de consultas, exames especializados e tratamentos contínuos, justificando a necessidade de previsão ampla.

7.4. O levantamento evidenciou a utilização diversificada da frota, incluindo ônibus de 44 lugares, micro-ônibus de 27 a 30 lugares e vans de 15 lugares, cada qual destinado a situações específicas: grandes grupos de pacientes em deslocamentos para centros de referência, grupos médios para atendimentos regulares em cidades próximas e transporte de menor porte para demandas pontuais ou emergenciais.

7.5. As estimativas apontaram, por exemplo, uma média de **20 viagens mensais com ônibus para Sorocaba**, movimentando cerca de 500 a 550 pacientes ao mês, além de **19 viagens mensais em vans para o mesmo destino**, transportando em média 250 a 280 pacientes. Em Itapeva, observou-se utilização mais concentrada de vans, com cerca de 10 a 16 viagens mensais, variando entre 90 a 150 pacientes. Já para São Paulo e Jaú/Botucatu, os deslocamentos, ainda que em menor quantidade, possuem quilometragem elevada (450 a 520 km por viagem), exigindo veículos preparados e custos proporcionais.

7.6. A título de exemplificação, no período de dois meses considerado, foram registradas aproximadamente **192 viagens mensais para Itapetininga com micro-ônibus da frota municipal**, correspondendo a cerca de 7.200 km percorridos/mês, além de viagens adicionais com carros e vans de apoio, que totalizaram entre 13 mil e 23 mil km mensais. Esse volume expressivo demonstra a alta demanda para atendimento hospitalar regional e a necessidade de previsão contratual compatível.

7.7. Ao se aplicar a média histórica observada nos meses de abril e maio para um horizonte de 12 meses, projeta-se a realização de aproximadamente **480 a 500 viagens anuais para Sorocaba, 120 a 150 para Itapeva, 80 a 100 para São Paulo/Jaú/Botucatu** e mais de **2.000 deslocamentos anuais para Itapetininga**, considerando a soma de micro-ônibus, vans e veículos menores. Essa projeção garante que o planejamento contemple a realidade operacional da Secretaria, sem comprometer a continuidade do serviço.

7.8. Assim, os quantitativos previstos no Anexo I refletem uma **estimativa realista e fundamentada**, construída a partir de dados concretos e ajustada por projeções técnicas, assegurando que o transporte intermunicipal de pacientes seja prestado de forma eficiente, contínua e compatível com as necessidades do município ao longo de todo o período contratual.

## 8 – ESTIMATIVA DE VALORES

8.1. O **art. 24 da Lei Federal nº 14.133/2021** autoriza, desde que justificado, que o orçamento estimado da contratação tenha caráter sigiloso, “sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas”; dispõe ainda o referido dispositivo que “o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo” e que, na hipótese de julgamento por maior desconto, o preço estimado deverá constar do edital (art. 24, caput, inciso I e parágrafo único).

8.2. A divulgação prévia do orçamento estimado pode provocar o conhecido “**efeito âncora**”, pelo qual os licitantes tendem a ancorar suas propostas no valor divulgado pela Administração, reduzindo a efetividade da competição e limitando a apresentação de ofertas que reflitam a real estrutura de custos dos fornecedores. Em contrapartida, a manutenção do caráter sigiloso do orçamento estimado estimula cada concorrente a formular sua proposta com base em sua própria apuração de custos e capacidade de execução, contribuindo para a seleção da proposta mais

vantajosa.

**8.3.** A manutenção do sigilo não implica opacidade inverificável, pois o orçamento estimado será integrado aos autos do processo licitatório e disponibilizado para fiscalização pelos órgãos de controle competentes. Será igualmente divulgado aos interessados após a fase competitiva, conforme a legislação aplicável. Assim, preserva-se a publicidade e a auditabilidade necessárias, sem sacrificar a competitividade do certame.

**8.4.** Considerando as particularidades do mercado de transporte (sazonalidade de demanda, trechos de elevada quilometragem com custos unitários distintos, variação de custos de operação entre tipos de veículo), a adoção do orçamento sigiloso constitui instrumento técnico-gestor que protege o interesse público, incentiva propostas compatíveis com a capacidade efetiva dos fornecedores e reduz o risco de contratações cujo preço não reflita a real capacidade de execução.

**8.5.** Conforme Zymler e Dios (2014, p. 117):

A não divulgação do orçamento tem por objetivo evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela administração. Essa medida deve se mostrar particularmente eficaz quando houver a ocorrência de lances fechados, pois, sem as balizas dos outros licitantes e do orçamento da administração, o competidor deve, já nessa etapa, **oferecer um preço realmente competitivo e dentro do limite de sua capacidade de executar a avença com uma lucratividade adequada**. Caso assim não proceda, esse competidor corre o risco de ser desclassificado sem a possibilidade de apresentar outra proposta mais competitiva, de acordo com os critérios que regem a apresentação de lances fechados. Amplia-se assim, a competitividade do certame e propicia-se melhores propostas para administração. Não se ouvida que determinados agentes do mercado participam de licitações e elaboram suas propostas sem analisar sua capacidade de honrá-la. Esses agentes, seja por não disporem de meios para tanto, seja por não estarem dispostos a arcar com as despesas daí decorrentes, simplesmente se baseiam no orçamento efetuado pela administração. Esse procedimento, contudo, é temerário porque as propostas podem não refletir a realidade econômica do licitante, redundando em dificuldades posteriores na execução contratual. Desta feita, a não divulgação do orçamento obriga os licitantes a efetivamente analisarem sua estrutura de custos para daí elaborarem suas propostas. Espera-se, pois, a apresentação de propostas mais realistas economicamente. **(g.n.)**.

**8.6.** Ainda segundo Zymler e Dios (2014):

Em relação a eventual violação do princípio da publicidade, explicitado no caput do art. 37 da Constituição Federal, deve-se lembrar o entendimento de que nenhum princípio constitucional é absoluto de forma que se deve buscar harmonizá-los na hipótese de eventual antagonismo entre dois princípios – no caso o da publicidade em contraposição aos da eficiência e da economicidade. Nesse contexto de ponderação de princípios, entende-se estar justificada a ausência temporária da divulgação do orçamento, pois amparada no princípio da busca da melhor proposta pela administração. Logo as principais razões do princípio da publicidade estarão atendidas, pois será garantida a transparência do procedimento licitatório com a divulgação do orçamento ao final do certame.

**8.7.** Conforme o art. 18, § 1º, inciso VI, e art. 6º, inciso XXIII, alínea “i” da Lei nº 14.133/2021, para efeito de procedimento, a estimativa do valor da contratação constante do ETP, assim como aquela indicada no Termo de Referência, deverá integrar o processo licitatório como anexo classificado, acompanhado dos preços unitários de referência, das memórias de cálculo e da documentação comprobatória que fundamenta sua elaboração.

## 9 – JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

**9.1.** Em atenção ao princípio do parcelamento previsto no art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, a presente contratação foi estruturada com adjudicação por **item**, de forma a compatibilizar a execução com as especificidades de cada tipo de serviço de transporte intermunicipal de pacientes. A adoção desse critério busca ampliar a competitividade, evitar a concentração de mercado, permitir a participação de empresas com especialização distinta e garantir a adequada execução contratual, em conformidade com os parâmetros fixados no §1º do art. 47 da referida Lei.

## 10 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. Não foram encontradas contratações correlatas, ou seja, aquelas cujos objetos são similares ou correspondente a esta pretensa contratação. Da mesma forma, não foram (e não serão necessárias) encontradas contratações interdependentes que devam ser contratadas juntamente com este objeto para a plena satisfação da necessidade da Administração.

## 11 – RESULTADOS PRETENDIDOS

TIPO	ASSINALAR	DETALHAMENTO
Ganho de produtividade		
Redução de esforço		
Redução de custo	X	A solução elimina o alto investimento inicial na aquisição de veículos e os custos fixos de manutenção de uma frota própria. O modelo de pagamento por efetiva utilização evita o gasto de recursos com veículos parados ou subutilizados.
Redução de uso de recursos	X	A possibilidade de solicitar o veículo com a quantidade exata de assentos para o número de passageiros por viagem evita o desperdício de combustível e o uso desnecessário de veículos superdimensionados, otimizando o uso dos recursos públicos.
Melhoria de controle	X	A contratação estabelece parâmetros claros de qualidade e desempenho. A fiscalização se torna mais eficiente, focando em indicadores como pontualidade, adequação do veículo e segurança, em vez de se preocupar com a gestão interna da frota.
Redução de riscos		
Cumprimento de determinação administrativa		
Melhoria/adequação nas instalações físicas		

## 12 – PROVIDÊNCIAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

TIPO	ASSINALAR	DETALHAMENTO
Necessidade de capacitação de gestores e fiscais da contratação		
Instalação elétrica		
Instalação lógica		
Adaptação do ambiente		
Obtenção de licença		
Outro		
Não se aplica	X	

## 13 – POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

13.1. A prestação dos serviços de transporte intermunicipal, objeto desta contratação, poderá gerar impactos ambientais diversos, sobretudo relacionados à **emissão de poluentes atmosféricos** provenientes da queima de



combustíveis fósseis, à **geração de resíduos perigosos** (como óleos e lubrificantes usados) e a resíduos sólidos urbanos decorrentes da operação e manutenção da frota veicular.

13.2. Entre as medidas preventivas e corretivas a serem exigidas contratualmente da empresa estão a responsabilidade integral pelo descarte ambientalmente correto de todos os resíduos operacionais, incluindo a destinação final de peças, pneus e fluidos, conforme as normas ambientais vigentes. A empresa deverá adotar práticas de manutenção preventiva que garantam a eficiência energética dos veículos e o menor índice de emissão de gases poluentes.

13.3. Adicionalmente, a empresa deverá manter os veículos em perfeito estado de conservação, por meio de planos de manutenção rigorosos, evitando o descarte prematuro ou a geração de refugo de peças. A empresa também será responsável pela higienização interna dos veículos, com o descarte correto de qualquer resíduo sanitário, conforme as normas de saúde e vigilância sanitária.

## 14 – DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

14.1. O Estudo Técnico Preliminar (ETP) realizado para a contratação em tela trouxe informações detalhadas sobre a necessidade e viabilidade da contratação. Com base nas análises realizadas, concluímos que a contratação pretendida é viável e essencial para garantir a plena execução dos eventos.

## 15 – ANEXOS

15.1. Anexo a este ETP:

- a) Relação de itens e quantidades estimadas;
- b) Nota Técnica – relatório da pesquisa de preços.

Angatuba/SP, 15 de agosto de 2025.

**Debora Simoes Coelho Protasio**  
Chefe de Divisão  
Matrícula nº 3038

**Larissa Martins Basile**  
Secretária Municipal de Saúde e Medicina Preventiva  
Matrícula nº 3767

## Anexo I

### Relação de itens e quantidades estimadas

Item	Descrição	Unid.	Qtde.
1	LINHA Nº 01 – UM ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 46 LUGARES. Destino: Itapetininga. A CONTRATADA DEVERÁ FORNECER MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO. AS DESPESAS COM MOTORISTA, ENCARGOS SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIOS, EVENTUAIS MULTAS, COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO DO VEÍCULO, PEDÁGIO E DEMAIS OBRIGAÇÕES REFERENTE AO VEÍCULO OFERECIDO SERÃO POR CONTA DA CONTRATADA. A CONTRATADA DEVERÁ TER DURANTE TODO O PERÍODO DE VIGÊNCIA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, APOLICE DE SEGURO A FAVOR DE TERCEIROS POR DANOS MATERIAIS E CORPORAIS, E A FAVOR DE PASSAGEIROS POR MORTE OU INVALIDEZ. VALORES MÍNIMOS DA APOLICE DE SEGURO: A) R\$ 20.000,00 POR PASSAGEIROS COM COBERTURA PARA MORTE, INVALIDEZ; B) R\$ 30.000,00 CONTRA DANOS MATERIAIS E TERCEIROS; C) R\$ 30.000,00 CONTRA DANOS CORPORAIS E TERCEIROS; VEÍCULO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 ANOS, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. NO CASO DE MANUTENÇÃO DO VEÍCULO OU FALHA MECÂNICA O MESMO DEVERÁ SER SUBSTITUÍDO IMEDIATAMENTE POR VEÍCULO COM A MESMA CAPACIDADE DE LUGARES. A EMPRESA CONTRATADA DEVERÁ MANTER EM LOCAL VISÍVEL UM PLACA COM OS DIZERES "À SERVIÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGATUBA". A CONTRATADA DEVERÁ APRESENTAR A DOCUMENTAÇÃO DO VEÍCULO, ALÉM DA APRESENTAÇÃO DO REGISTRO JUNTO A ARTESP - AGÊNCIA REGULADORA DE VIAGENS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Deverão ter sistemas de rastreamento veicular, os quais deverão ser operacionais desde o início da prestação dos serviços. O sistema deverá permitir o monitoramento em tempo real e a emissão de relatórios acessíveis pela Secretaria Municipal de Saúde.	Km	129.600
2	LINHA Nº 02 - UM MICRO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 26 LUGARES, COM AR CONDICIONADO. Destino: Itapetininga. A CONTRATADA DEVERÁ FORNECER MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO. AS DESPESAS COM MOTORISTA, ENCARGOS SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIOS, EVENTUAIS MULTAS, COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO DO VEÍCULO, PEDÁGIO E DEMAIS OBRIGAÇÕES REFERENTE AO VEÍCULO OFERECIDO SERÃO POR CONTA DA CONTRATADA. A CONTRATADA DEVERÁ TER DURANTE TODO O PERÍODO DE VIGÊNCIA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, APOLICE DE SEGURO A FAVOR DE TERCEIROS POR DANOS MATERIAIS E CORPORAIS, E A FAVOR DE PASSAGEIROS POR MORTE OU INVALIDEZ. VALORES MÍNIMOS DA APOLICE DE SEGURO: A) R\$ 20.000,00 POR PASSAGEIROS COM COBERTURA PARA MORTE, INVALIDEZ; B) R\$ 30.000,00 CONTRA DANOS MATERIAIS E TERCEIROS; C) R\$ 30.000,00 CONTRA DANOS CORPORAIS E TERCEIROS; VEÍCULO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 ANOS, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. NO CASO DE MANUTENÇÃO DO VEÍCULO OU FALHA MECÂNICA O MESMO DEVERÁ SER SUBSTITUÍDO IMEDIATAMENTE POR VEÍCULO COM A MESMA CAPACIDADE DE LUGARES. A EMPRESA CONTRATADA DEVERÁ MANTER EM LOCAL VISÍVEL UM PLACA COM OS DIZERES "À SERVIÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGATUBA". A CONTRATADA DEVERÁ APRESENTAR A DOCUMENTAÇÃO DO VEÍCULO, ALÉM DA APRESENTAÇÃO DO REGISTRO JUNTO A ARTESP - AGÊNCIA REGULADORA DE VIAGENS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Deverão ter sistemas de rastreamento veicular, os quais deverão ser operacionais desde o início da prestação dos serviços. O sistema deverá permitir o monitoramento em tempo real e a emissão de relatórios acessíveis pela Secretaria Municipal de Saúde.	Km	72.000
3	LINHA Nº 03 - UMA VAN COM 15 LUGARES, COM AR CONDICIONADO. Destino: Itapetininga. A CONTRATADA DEVERÁ FORNECER MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO. AS DESPESAS COM MOTORISTA, ENCARGOS SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIOS, EVENTUAIS MULTAS, COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO DO VEÍCULO, PEDÁGIO E DEMAIS OBRIGAÇÕES REFERENTE AO VEÍCULO OFERECIDO SERÃO POR CONTA DA CONTRATADA. A CONTRATADA DEVERÁ TER DURANTE TODO O PERÍODO DE VIGÊNCIA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, APOLICE DE SEGURO A FAVOR DE TERCEIROS POR DANOS MATERIAIS E CORPORAIS, E A FAVOR DE PASSAGEIROS POR MORTE OU INVALIDEZ. VALORES MÍNIMOS DA APOLICE DE SEGURO: A) R\$ 20.000,00 POR PASSAGEIROS COM COBERTURA PARA MORTE, INVALIDEZ; B) R\$ 30.000,00 CONTRA DANOS MATERIAIS E TERCEIROS; C) R\$ 30.000,00 CONTRA DANOS CORPORAIS E TERCEIROS; VEÍCULO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 ANOS, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. NO CASO DE MANUTENÇÃO DO VEÍCULO OU FALHA MECÂNICA O MESMO DEVERÁ SER SUBSTITUÍDO IMEDIATAMENTE POR VEÍCULO COM A MESMA CAPACIDADE DE LUGARES. A EMPRESA CONTRATADA DEVERÁ MANTER EM LOCAL VISÍVEL UM PLACA COM OS DIZERES "À SERVIÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGATUBA". A CONTRATADA DEVERÁ APRESENTAR A DOCUMENTAÇÃO DO VEÍCULO, ALÉM DA APRESENTAÇÃO DO REGISTRO JUNTO A ARTESP - AGÊNCIA REGULADORA DE VIAGENS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Deverão ter sistemas de rastreamento veicular, os quais deverão ser operacionais desde o início da prestação dos serviços. O sistema deverá permitir o monitoramento em tempo real e a emissão de relatórios acessíveis pela Secretaria Municipal de Saúde.	Km	72.000



4	<p>LINHA Nº 04 – UM ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 46 LUGARES. Destino: Sorocaba, Salto e Itu. A CONTRATADA DEVERÁ FORNECER MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO. AS DESPESAS COM MOTORISTA, ENCARGOS SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIOS, EVENTUAIS MULTAS, COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO DO VEÍCULO, PEDÁGIO E DEMAIS OBRIGAÇÕES REFERENTE AO VEÍCULO OFERECIDO SERÃO POR CONTA DA CONTRATADA. A CONTRATADA DEVERÁ TER DURANTE TODO O PERÍODO DE VIGÊNCIA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, APOLICE DE SEGURO A FAVOR DE TERCEIROS POR DANOS MATERIAIS E CORPORAIS, E A FAVOR DE PASSAGEIROS POR MORTE OU INVALIDEZ. VALORES MÍNIMOS DA APOLICE DE SEGURO: A) R\$ 20.000,00 POR PASSAGEIROS COM COBERTURA PARA MORTE, INVALIDEZ; B) R\$ 30.000,00 CONTRA DANOS MATERIAIS E TERCEIROS; C) R\$ 30.000,00 CONTRA DANOS CORPORAIS E TERCEIROS; VEÍCULO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 ANOS, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. NO CASO DE MANUTENÇÃO DO VEÍCULO OU FALHA MECÂNICA O MESMO DEVERÁ SER SUBSTITUÍDO IMEDIATAMENTE POR VEÍCULO COM A MESMA CAPACIDADE DE LUGARES. A EMPRESA CONTRATADA DEVERÁ MANTER EM LOCAL VISÍVEL UM PLACA COM OS DIZERES "À SERVIÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGATUBA". A CONTRATADA DEVERÁ APRESENTAR A DOCUMENTAÇÃO DO VEÍCULO, ALÉM DA APRESENTAÇÃO DO REGISTRO JUNTO A ARTESP - AGÊNCIA REGULADORA DE VIAGENS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Deverão ter sistemas de rastreamento veicular, os quais deverão ser operacionais desde o início da prestação dos serviços. O sistema deverá permitir o monitoramento em tempo real e a emissão de relatórios acessíveis pela Secretaria Municipal de Saúde.</p>	Km	129.600
5	<p>LINHA Nº 05 - UM MICRO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 26 LUGARES, COM AR CONDICIONADO. Destino: Sorocaba, Salto e Itu. A CONTRATADA DEVERÁ FORNECER MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO. AS DESPESAS COM MOTORISTA, ENCARGOS SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIOS, EVENTUAIS MULTAS, COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO DO VEÍCULO, PEDÁGIO E DEMAIS OBRIGAÇÕES REFERENTE AO VEÍCULO OFERECIDO SERÃO POR CONTA DA CONTRATADA. A CONTRATADA DEVERÁ TER DURANTE TODO O PERÍODO DE VIGÊNCIA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, APOLICE DE SEGURO A FAVOR DE TERCEIROS POR DANOS MATERIAIS E CORPORAIS, E A FAVOR DE PASSAGEIROS POR MORTE OU INVALIDEZ. VALORES MÍNIMOS DA APOLICE DE SEGURO: A) R\$ 20.000,00 POR PASSAGEIROS COM COBERTURA PARA MORTE, INVALIDEZ; B) R\$ 30.000,00 CONTRA DANOS MATERIAIS E TERCEIROS; C) R\$ 30.000,00 CONTRA DANOS CORPORAIS E TERCEIROS; VEÍCULO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 ANOS, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. NO CASO DE MANUTENÇÃO DO VEÍCULO OU FALHA MECÂNICA O MESMO DEVERÁ SER SUBSTITUÍDO IMEDIATAMENTE POR VEÍCULO COM A MESMA CAPACIDADE DE LUGARES. A EMPRESA CONTRATADA DEVERÁ MANTER EM LOCAL VISÍVEL UM PLACA COM OS DIZERES "À SERVIÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGATUBA". A CONTRATADA DEVERÁ APRESENTAR A DOCUMENTAÇÃO DO VEÍCULO, ALÉM DA APRESENTAÇÃO DO REGISTRO JUNTO A ARTESP - AGÊNCIA REGULADORA DE VIAGENS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Deverão ter sistemas de rastreamento veicular, os quais deverão ser operacionais desde o início da prestação dos serviços. O sistema deverá permitir o monitoramento em tempo real e a emissão de relatórios acessíveis pela Secretaria Municipal de Saúde.</p>	Km	129.600
6	<p>LINHA Nº 06 - UMA VAN COM 15 LUGARES, COM AR CONDICIONADO. Sorocaba, Salto e Itu. A CONTRATADA DEVERÁ FORNECER MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO. AS DESPESAS COM MOTORISTA, ENCARGOS SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIOS, EVENTUAIS MULTAS, COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO DO VEÍCULO, PEDÁGIO E DEMAIS OBRIGAÇÕES REFERENTE AO VEÍCULO OFERECIDO SERÃO POR CONTA DA CONTRATADA. A CONTRATADA DEVERÁ TER DURANTE TODO O PERÍODO DE VIGÊNCIA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, APOLICE DE SEGURO A FAVOR DE TERCEIROS POR DANOS MATERIAIS E CORPORAIS, E A FAVOR DE PASSAGEIROS POR MORTE OU INVALIDEZ. VALORES MÍNIMOS DA APOLICE DE SEGURO: A) R\$ 20.000,00 POR PASSAGEIROS COM COBERTURA PARA MORTE, INVALIDEZ; B) R\$ 30.000,00 CONTRA DANOS MATERIAIS E TERCEIROS; C) R\$ 30.000,00 CONTRA DANOS CORPORAIS E TERCEIROS; VEÍCULO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 ANOS, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. NO CASO DE MANUTENÇÃO DO VEÍCULO OU FALHA MECÂNICA O MESMO DEVERÁ SER SUBSTITUÍDO IMEDIATAMENTE POR VEÍCULO COM A MESMA CAPACIDADE DE LUGARES. A EMPRESA CONTRATADA DEVERÁ MANTER EM LOCAL VISÍVEL UM PLACA COM OS DIZERES "À SERVIÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGATUBA". A CONTRATADA DEVERÁ APRESENTAR A DOCUMENTAÇÃO DO VEÍCULO, ALÉM DA APRESENTAÇÃO DO REGISTRO JUNTO A ARTESP - AGÊNCIA REGULADORA DE VIAGENS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Deverão ter sistemas de rastreamento veicular, os quais deverão ser operacionais desde o início da prestação dos serviços. O sistema deverá permitir o monitoramento em tempo real e a emissão de relatórios acessíveis pela Secretaria Municipal de Saúde.</p>	Km	129.600
7	<p>LINHA Nº 07 – UM ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 46 LUGARES. Destino: Itapeva. A CONTRATADA DEVERÁ FORNECER MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO. AS DESPESAS COM MOTORISTA, ENCARGOS SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIOS, EVENTUAIS MULTAS, COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO DO VEÍCULO, PEDÁGIO E DEMAIS OBRIGAÇÕES REFERENTE AO VEÍCULO OFERECIDO SERÃO POR CONTA DA CONTRATADA. A CONTRATADA DEVERÁ TER DURANTE TODO O PERÍODO DE VIGÊNCIA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, APOLICE DE SEGURO A FAVOR DE TERCEIROS POR DANOS MATERIAIS E CORPORAIS, E A FAVOR DE PASSAGEIROS POR MORTE OU INVALIDEZ. VALORES MÍNIMOS DA APOLICE DE SEGURO: A) R\$ 20.000,00 POR PASSAGEIROS COM COBERTURA PARA MORTE, INVALIDEZ; B) R\$ 30.000,00 CONTRA DANOS MATERIAIS E TERCEIROS; C) R\$ 30.000,00 CONTRA DANOS CORPORAIS E TERCEIROS; VEÍCULO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 ANOS, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. NO CASO DE MANUTENÇÃO DO VEÍCULO OU FALHA MECÂNICA O MESMO DEVERÁ SER SUBSTITUÍDO IMEDIATAMENTE POR VEÍCULO COM A MESMA CAPACIDADE DE LUGARES. A EMPRESA CONTRATADA DEVERÁ MANTER EM LOCAL VISÍVEL UM PLACA COM OS DIZERES "À SERVIÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGATUBA". A CONTRATADA DEVERÁ APRESENTAR A DOCUMENTAÇÃO DO VEÍCULO, ALÉM DA APRESENTAÇÃO DO REGISTRO JUNTO A ARTESP - AGÊNCIA REGULADORA DE VIAGENS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Deverão ter sistemas de rastreamento veicular, os quais deverão ser operacionais desde o início da prestação dos serviços. O sistema deverá permitir o monitoramento em tempo real e a emissão de relatórios acessíveis pela Secretaria Municipal de Saúde.</p>	Km	90.000

8	<p>LINHA Nº 08 - UM MICRO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 26 LUGARES, COM AR CONDICIONADO. Destino: Itapeva. A CONTRATADA DEVERÁ FORNECER MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO. AS DESPESAS COM MOTORISTA, ENCARGOS SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIOS, EVENTUAIS MULTAS, COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO DO VEÍCULO, PEDÁGIO E DEMAIS OBRIGAÇÕES REFERENTE AO VEÍCULO OFERECIDO SERÃO POR CONTA DA CONTRATADA. A CONTRATADA DEVERÁ TER DURANTE TODO O PERÍODO DE VIGÊNCIA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, APOLICE DE SEGURO A FAVOR DE TERCEIROS POR DANOS MATERIAIS E CORPORAIS, E A FAVOR DE PASSAGEIROS POR MORTE OU INVALIDEZ. VALORES MÍNIMOS DA APOLICE DE SEGURO: A) R\$ 20.000,00 POR PASSAGEIROS COM COBERTURA PARA MORTE, INVALIDEZ; B) R\$ 30.000,00 CONTRA DANOS MATERIAIS E TERCEIROS; C) R\$ 30.000,00 CONTRA DANOS CORPORAIS E TERCEIROS; VEÍCULO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 ANOS, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. NO CASO DE MANUTENÇÃO DO VEÍCULO OU FALHA MECÂNICA O MESMO DEVERÁ SER SUBSTITUÍDO IMEDIATAMENTE POR VEÍCULO COM A MESMA CAPACIDADE DE LUGARES. A EMPRESA CONTRATADA DEVERÁ MANTER EM LOCAL VISÍVEL UM PLACA COM OS DIZERES "À SERVIÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGATUBA". A CONTRATADA DEVERÁ APRESENTAR A DOCUMENTAÇÃO DO VEÍCULO, ALÉM DA APRESENTAÇÃO DO REGISTRO JUNTO A ARTESP - AGÊNCIA REGULADORA DE VIAGENS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Deverão ter sistemas de rastreamento veicular, os quais deverão ser operacionais desde o início da prestação dos serviços. O sistema deverá permitir o monitoramento em tempo real e a emissão de relatórios acessíveis pela Secretaria Municipal de Saúde.</p>	Km	90.000
9	<p>LINHA Nº 09 - UMA VAN COM 15 LUGARES, COM AR CONDICIONADO. Destino: Itapeva. A CONTRATADA DEVERÁ FORNECER MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO. AS DESPESAS COM MOTORISTA, ENCARGOS SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIOS, EVENTUAIS MULTAS, COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO DO VEÍCULO, PEDÁGIO E DEMAIS OBRIGAÇÕES REFERENTE AO VEÍCULO OFERECIDO SERÃO POR CONTA DA CONTRATADA. A CONTRATADA DEVERÁ TER DURANTE TODO O PERÍODO DE VIGÊNCIA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, APOLICE DE SEGURO A FAVOR DE TERCEIROS POR DANOS MATERIAIS E CORPORAIS, E A FAVOR DE PASSAGEIROS POR MORTE OU INVALIDEZ. VALORES MÍNIMOS DA APOLICE DE SEGURO: A) R\$ 20.000,00 POR PASSAGEIROS COM COBERTURA PARA MORTE, INVALIDEZ; B) R\$ 30.000,00 CONTRA DANOS MATERIAIS E TERCEIROS; C) R\$ 30.000,00 CONTRA DANOS CORPORAIS E TERCEIROS; VEÍCULO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 ANOS, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. NO CASO DE MANUTENÇÃO DO VEÍCULO OU FALHA MECÂNICA O MESMO DEVERÁ SER SUBSTITUÍDO IMEDIATAMENTE POR VEÍCULO COM A MESMA CAPACIDADE DE LUGARES. A EMPRESA CONTRATADA DEVERÁ MANTER EM LOCAL VISÍVEL UM PLACA COM OS DIZERES "À SERVIÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGATUBA". A CONTRATADA DEVERÁ APRESENTAR A DOCUMENTAÇÃO DO VEÍCULO, ALÉM DA APRESENTAÇÃO DO REGISTRO JUNTO A ARTESP - AGÊNCIA REGULADORA DE VIAGENS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Deverão ter sistemas de rastreamento veicular, os quais deverão ser operacionais desde o início da prestação dos serviços. O sistema deverá permitir o monitoramento em tempo real e a emissão de relatórios acessíveis pela Secretaria Municipal de Saúde.</p>	Km	90.000
10	<p>LINHA Nº 10 - UM ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 46 LUGARES. Destino: São Paulo. A CONTRATADA DEVERÁ FORNECER MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO. AS DESPESAS COM MOTORISTA, ENCARGOS SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIOS, EVENTUAIS MULTAS, COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO DO VEÍCULO, PEDÁGIO E DEMAIS OBRIGAÇÕES REFERENTE AO VEÍCULO OFERECIDO SERÃO POR CONTA DA CONTRATADA. A CONTRATADA DEVERÁ TER DURANTE TODO O PERÍODO DE VIGÊNCIA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, APOLICE DE SEGURO A FAVOR DE TERCEIROS POR DANOS MATERIAIS E CORPORAIS, E A FAVOR DE PASSAGEIROS POR MORTE OU INVALIDEZ. VALORES MÍNIMOS DA APOLICE DE SEGURO: A) R\$ 20.000,00 POR PASSAGEIROS COM COBERTURA PARA MORTE, INVALIDEZ; B) R\$ 30.000,00 CONTRA DANOS MATERIAIS E TERCEIROS; C) R\$ 30.000,00 CONTRA DANOS CORPORAIS E TERCEIROS; VEÍCULO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 ANOS, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. NO CASO DE MANUTENÇÃO DO VEÍCULO OU FALHA MECÂNICA O MESMO DEVERÁ SER SUBSTITUÍDO IMEDIATAMENTE POR VEÍCULO COM A MESMA CAPACIDADE DE LUGARES. A EMPRESA CONTRATADA DEVERÁ MANTER EM LOCAL VISÍVEL UM PLACA COM OS DIZERES "À SERVIÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGATUBA". A CONTRATADA DEVERÁ APRESENTAR A DOCUMENTAÇÃO DO VEÍCULO, ALÉM DA APRESENTAÇÃO DO REGISTRO JUNTO A ARTESP - AGÊNCIA REGULADORA DE VIAGENS DO ESTADO DE SÃO PAULO e A EMTU - EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A E AUTORIZAÇÃO ESPECIAL DE TRÂNSITO - AET PARA ZONA DE MÁXIMA RESTRIÇÃO DE FRETEAMENTO - ZMRF. Deverão ter sistemas de rastreamento veicular, os quais deverão ser operacionais desde o início da prestação dos serviços. O sistema deverá permitir o monitoramento em tempo real e a emissão de relatórios acessíveis pela Secretaria Municipal de Saúde.</p>	Km	187.200

11	<p>LINHA Nº 11 - UM MICRO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 26 LUGARES, COM AR CONDICIONADO. Destino: São Paulo. A CONTRATADA DEVERÁ FORNECER MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO. AS DESPESAS COM MOTORISTA, ENCARGOS SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIOS, EVENTUAIS MULTAS, COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO DO VEÍCULO, PEDÁGIO E DEMAIS OBRIGAÇÕES REFERENTE AO VEÍCULO OFERECIDO SERÃO POR CONTA DA CONTRATADA. A CONTRATADA DEVERÁ TER DURANTE TODO O PERÍODO DE VIGÊNCIA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, APOLICE DE SEGURO A FAVOR DE TERCEIROS POR DANOS MATERIAIS E CORPORAIS, E A FAVOR DE PASSAGEIROS POR MORTE OU INVALIDEZ. VALORES MÍNIMOS DA APOLICE DE SEGURO: A) R\$ 20.000,00 POR PASSAGEIROS COM COBERTURA PARA MORTE, INVALIDEZ; B) R\$ 30.000,00 CONTRA DANOS MATERIAIS E TERCEIROS; C) R\$ 30.000,00 CONTRA DANOS CORPORAIS E TERCEIROS; VEÍCULO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 ANOS, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. NO CASO DE MANUTENÇÃO DO VEÍCULO OU FALHA MECÂNICA O MESMO DEVERÁ SER SUBSTITUÍDO IMEDIATAMENTE POR VEÍCULO COM A MESMA CAPACIDADE DE LUGARES. A EMPRESA CONTRATADA DEVERÁ MANTER EM LOCAL VISÍVEL UM PLACA COM OS DIZERES "À SERVIÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGATUBA". A CONTRATADA DEVERÁ APRESENTAR A DOCUMENTAÇÃO DO VEÍCULO, ALÉM DA APRESENTAÇÃO DO REGISTRO JUNTO A ARTESP - AGÊNCIA REGULADORA DE VIAGENS DO ESTADO DE SÃO PAULO e a EMTU - EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A E AUTORIZAÇÃO ESPECIAL DE TRÂNSITO – AET PARA ZONA DE MÁXIMA RESTRIÇÃO DE FRETAMENTO – ZMRF. Deverão ter sistemas de rastreamento veicular, os quais deverão ser operacionais desde o início da prestação dos serviços. O sistema deverá permitir o monitoramento em tempo real e a emissão de relatórios acessíveis pela Secretaria Municipal de Saúde.</p>	Km	187.200
12	<p>LINHA Nº 12 - UMA VAN COM 15 LUGARES, COM AR CONDICIONADO. Destino: São Paulo. A CONTRATADA DEVERÁ FORNECER MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO. AS DESPESAS COM MOTORISTA, ENCARGOS SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIOS, EVENTUAIS MULTAS, COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO DO VEÍCULO, PEDÁGIO E DEMAIS OBRIGAÇÕES REFERENTE AO VEÍCULO OFERECIDO SERÃO POR CONTA DA CONTRATADA. A CONTRATADA DEVERÁ TER DURANTE TODO O PERÍODO DE VIGÊNCIA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, APOLICE DE SEGURO A FAVOR DE TERCEIROS POR DANOS MATERIAIS E CORPORAIS, E A FAVOR DE PASSAGEIROS POR MORTE OU INVALIDEZ. VALORES MÍNIMOS DA APOLICE DE SEGURO: A) R\$ 20.000,00 POR PASSAGEIROS COM COBERTURA PARA MORTE, INVALIDEZ; B) R\$ 30.000,00 CONTRA DANOS MATERIAIS E TERCEIROS; C) R\$ 30.000,00 CONTRA DANOS CORPORAIS E TERCEIROS; VEÍCULO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 ANOS, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. NO CASO DE MANUTENÇÃO DO VEÍCULO OU FALHA MECÂNICA O MESMO DEVERÁ SER SUBSTITUÍDO IMEDIATAMENTE POR VEÍCULO COM A MESMA CAPACIDADE DE LUGARES. A EMPRESA CONTRATADA DEVERÁ MANTER EM LOCAL VISÍVEL UM PLACA COM OS DIZERES "À SERVIÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGATUBA". A CONTRATADA DEVERÁ APRESENTAR A DOCUMENTAÇÃO DO VEÍCULO, ALÉM DA APRESENTAÇÃO DO REGISTRO JUNTO A ARTESP - AGÊNCIA REGULADORA DE VIAGENS DO ESTADO DE SÃO PAULO e a EMTU - EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A E AUTORIZAÇÃO ESPECIAL DE TRÂNSITO – AET PARA ZONA DE MÁXIMA RESTRIÇÃO DE FRETAMENTO – ZMRF. Deverão ter sistemas de rastreamento veicular, os quais deverão ser operacionais desde o início da prestação dos serviços. O sistema deverá permitir o monitoramento em tempo real e a emissão de relatórios acessíveis pela Secretaria Municipal de Saúde.</p>	Km	187.200
13	<p>LINHA Nº 13 – UM ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 46 LUGARES. Destino: Jaú e Botucatu. A CONTRATADA DEVERÁ FORNECER MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO. AS DESPESAS COM MOTORISTA, ENCARGOS SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIOS, EVENTUAIS MULTAS, COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO DO VEÍCULO, PEDÁGIO E DEMAIS OBRIGAÇÕES REFERENTE AO VEÍCULO OFERECIDO SERÃO POR CONTA DA CONTRATADA. A CONTRATADA DEVERÁ TER DURANTE TODO O PERÍODO DE VIGÊNCIA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, APOLICE DE SEGURO A FAVOR DE TERCEIROS POR DANOS MATERIAIS E CORPORAIS, E A FAVOR DE PASSAGEIROS POR MORTE OU INVALIDEZ. VALORES MÍNIMOS DA APOLICE DE SEGURO: A) R\$ 20.000,00 POR PASSAGEIROS COM COBERTURA PARA MORTE, INVALIDEZ; B) R\$ 30.000,00 CONTRA DANOS MATERIAIS E TERCEIROS; C) R\$ 30.000,00 CONTRA DANOS CORPORAIS E TERCEIROS; VEÍCULO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 ANOS, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. NO CASO DE MANUTENÇÃO DO VEÍCULO OU FALHA MECÂNICA O MESMO DEVERÁ SER SUBSTITUÍDO IMEDIATAMENTE POR VEÍCULO COM A MESMA CAPACIDADE DE LUGARES. A EMPRESA CONTRATADA DEVERÁ MANTER EM LOCAL VISÍVEL UM PLACA COM OS DIZERES "À SERVIÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGATUBA". A CONTRATADA DEVERÁ APRESENTAR A DOCUMENTAÇÃO DO VEÍCULO, ALÉM DA APRESENTAÇÃO DO REGISTRO JUNTO A ARTESP - AGÊNCIA REGULADORA DE VIAGENS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Deverão ter sistemas de rastreamento veicular, os quais deverão ser operacionais desde o início da prestação dos serviços. O sistema deverá permitir o monitoramento em tempo real e a emissão de relatórios acessíveis pela Secretaria Municipal de Saúde.</p>	Km	187.200
14	<p>LINHA Nº 14 - UM MICRO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 26 LUGARES, COM AR CONDICIONADO. Destino: Jaú e Botucatu. A CONTRATADA DEVERÁ FORNECER MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO. AS DESPESAS COM MOTORISTA, ENCARGOS SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIOS, EVENTUAIS MULTAS, COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO DO VEÍCULO, PEDÁGIO E DEMAIS OBRIGAÇÕES REFERENTE AO VEÍCULO OFERECIDO SERÃO POR CONTA DA CONTRATADA. A CONTRATADA DEVERÁ TER DURANTE TODO O PERÍODO DE VIGÊNCIA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, APOLICE DE SEGURO A FAVOR DE TERCEIROS POR DANOS MATERIAIS E CORPORAIS, E A FAVOR DE PASSAGEIROS POR MORTE OU INVALIDEZ. VALORES MÍNIMOS DA APOLICE DE SEGURO: A) R\$ 20.000,00 POR PASSAGEIROS COM COBERTURA PARA MORTE, INVALIDEZ; B) R\$ 30.000,00 CONTRA DANOS MATERIAIS E TERCEIROS; C) R\$ 30.000,00 CONTRA DANOS CORPORAIS E TERCEIROS; VEÍCULO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 ANOS, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. NO CASO DE MANUTENÇÃO DO VEÍCULO OU FALHA MECÂNICA O MESMO DEVERÁ SER SUBSTITUÍDO IMEDIATAMENTE POR VEÍCULO COM A MESMA CAPACIDADE DE LUGARES. A EMPRESA CONTRATADA DEVERÁ MANTER EM LOCAL VISÍVEL UM PLACA COM OS DIZERES "À SERVIÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGATUBA". A CONTRATADA DEVERÁ APRESENTAR A DOCUMENTAÇÃO DO VEÍCULO, ALÉM DA APRESENTAÇÃO DO REGISTRO JUNTO A ARTESP - AGÊNCIA REGULADORA DE VIAGENS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Deverão ter sistemas de rastreamento veicular, os quais deverão ser operacionais desde o início da prestação dos serviços. O sistema deverá permitir o monitoramento em tempo real e a emissão de relatórios acessíveis pela Secretaria Municipal de Saúde.</p>	Km	187.200



15	<p>LINHA Nº 15 - UMA VAN COM 15 LUGARES, COM AR CONDICIONADO. Destino: Jaú e Botucatu. A CONTRATADA DEVERÁ FORNECER MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO. AS DESPESAS COM MOTORISTA, ENCARGOS SOCIAIS E PREVIDENCIARIOS, EVENTUAIS MULTAS, COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO DO VEICULO, PEDÁGIO E DEMAIS OBRIGAÇÕES REFERENTE AO VEICULO OFERECIDO SERÃO POR CONTA DA CONTRATADA. A CONTRATADA DEVERÁ TER DURANTE TODO O PERIODO DE VIGENCIA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, APOLICE DE SEGURO A FAVOR DE TERCEIROS POR DANOS MATERIAS E CORPORAIS, E A FAVOR DE PASSAGEIROS POR MORTE OU INVALIDEZ. VALORES MINIMOS DA APOLICE DE SEGURO: A) R\$ 20.000,00 POR PASSAGEIROS COM COBERTURA PARA MORTE, INVALIDEZ; B) R\$ 30.000,00 CONTRA DANOS MATERIAIS E TERCEIROS; C) R\$ 30.000,00 CONTRA DANOS CORPORAIS E TERCEIROS; VEICULO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 ANOS, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. NO CASO DE MANUTENÇÃO DO VEICULO OU FALHA MECANICA O MESMO DEVERÁ SER SUBSTITUIDO IMEDIATAMENTE POR VEICULO COM A MESMA CAPACIDADE DE LUGARES. A EMPRESA CONTRATADA DEVERÁ MANTER EM LOCAL VISIVEL UM PLACA COM OS DIZERES "À SERVIÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGATUBA". A CONTRATADA DEVERÁ APRESENTAR A DOCUMENTAÇÃO DO VEÍCULO, ALÉM DA APRESENTAÇÃO DO REGISTRO JUNTO A ARTESP - AGÊNCIA REGULADORA DE VIAGENS DO ESTADO DE SÃO PAULO .Deverão ter sistemas de rastreamento veicular, os quais deverão ser operacionais desde o início da prestação dos serviços. O sistema deverá permitir o monitoramento em tempo real e a emissão de relatórios acessíveis pela Secretaria Municipal de Saúde.</p>	Km	187.200
----	---	----	---------

## **Anexo II**

### **Nota Técnica – relatório da pesquisa de preços**